

## Intervenção Do Farmacêutico Comunitário: Troca De Seringas a Utilizadores De Drogas Injetáveis

Renato Ferreira-da-Silva<sup>1,2,3</sup>

ARTIGO OPINIÃO | OPINION ARTICLE

Portugal é um dos países reconhecidos mundialmente como um exemplo de boas práticas na adoção de políticas no contexto das dependências e dos comportamentos aditivos. O Programa Troca de Seringas, com o slogan “Diz Não a Uma Seringa em Segunda Mão”, é exemplo de um dos projetos de grande impacto no seio da comunidade, sob a responsabilidade da Direção Geral de Saúde (DGS) e que conta com o apoio da Rede de Farmácias Portuguesas.

O Programa Troca de Seringas resultou de uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Associação Nacional das Farmácias, em 1993, pelo incentivo da Professora Doutora Maria Odette Ferreira, de forma a prevenir a transmissão cruzada do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), assim como de outras infeções passíveis de serem transmitidas através do sangue (vírus das Hepatites B e C), em utilizadores de drogas injetáveis. E os resultados estão à vista: mais de 57 milhões de seringas foram distribuídas entre outubro de 1993, data em que se implementou o projeto, e setembro de 2018. Outro dado que a DGS nos apresenta, sugere uma redução significativa no aparecimento de novos casos de VIH diagnosticados entre os consumidores de drogas injetáveis, de 57,3% (em 1998) para 1,7% (em 2017).

Certamente que quando analisamos estes resultados, temos de ter em conta que não se limitam a intervenções isoladas junto da população. A atuação perante os comportamentos de risco, passa sobretudo por um programa altamente adaptado ao contexto português, como é o caso do Programa Prioritário da DGS – Programa Nacional para a infeção VIH e SIDA. Para 2020, a DGS pretende que 90% dos infetados saibam que estão efetivamente com infeção e que 90% das pessoas que sabem estar infetadas, estejam em tratamento. Estas metas, ainda que genéricas, são fulcrais para a consciencialização da doença, assim como para manter a infeção controlada. Um player fundamental é o farmacêutico comunitário. A proximidade, a facilidade de intervir no meio em que se insere e o conhecimento técnico-científico, são pontos que fazem deste profissional de saúde um importante interveniente nas políticas de promoção para a saúde, no âmbito das drogas de abuso. A educação promovida pelas farmácias, passa por consciencializar o utilizador de drogas injetáveis, tal como a heroína, dos riscos associados à partilha de materiais de consumo. Porém, e igualmente importante, a intervenção nos comportamentos associados a um maior risco de exposição a agentes infecciosos

<sup>1</sup> UCIBIO, REQUIMTE, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

<sup>2</sup> Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

<sup>3</sup> Porto4Ageing Consortium, Porto, Portugal.

**Autor para correspondência:** renato.ivos@gmail.com

ou mesmo de favorecer a transmissão a terceiros. A política de intervenção tem de passar inevitavelmente pela prevenção de comportamentos de risco. Se tivermos em conta, que a infeção pelo VIH e pelos vírus das Hepatites B e C, são favorecidas pelas vias sexual, endovenosa e parentérica, é lógico que a intervenção do farmacêutico tem de passar pela reeducação de comportamentos. A toxicodependência deixou de ser, já há muitos anos, um problema restrito ao utilizador da droga, estendendo-se a todos aqueles que se inserem à sua volta. Se tivermos em conta que os custos do programa, por ano, correspondem ao tratamento de 200 a 250 doentes, é elucidativo da importância deste programa de intervenção. Ainda relativamente a custos, desde 2017, que cada kit dispensado em troca de seringas usadas é remunerado com 2,40 euros, da responsabilidade do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD). A remuneração deste serviço é, na verdade, mais uma valorização da farmácia comunitária em serviços de intervenção em saúde pública. O esperado, seria que este procedimento de remuneração

fosse extrapolado para outros serviços, igualmente importantes, em contexto de farmácia de proximidade. Só com a intervenção do estado social, ainda que com encargos associados, será possível manter determinados serviços à disposição da comunidade.

Desde o ano 2000, que a tendência do número anual de novos casos diagnosticados de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, tem vindo a decrescer. Contudo, a taxa de incidência continua uma das mais elevadas na União Europeia, pelo que Portugal não pode, em momento algum, descuidar as suas responsabilidades do ponto de vista da intervenção comunitária.

Sendo certo que a intervenção no âmbito das dependências e dos comportamentos aditivos não é algo que possa ser feito com o mesmo ânimo de outros procedimentos de educação para a saúde, é notório que a sensibilização dos farmacêuticos comunitários, sobretudo em áreas geográficas de reconhecida prevalência deste tipo de problemática social, é uma mais-valia na recuperação de doentes que, em alguma altura, ficaram reféns de uma adição.

Let's improve the results.